



Trabalho/Trabajo

Reforma pode flexibilizar leis trabalhistas - A reforma sindical desenhada pelo Fórum Nacional do Trabalho vai dar mais poderes às centrais e limitar ações dos sindicatos, segundo análise de especialistas. O temor é que a cúpula das centrais acabe cedendo a pressões do governo e aceite negociar direitos individuais dos trabalhadores através de acordos coletivos nacionais. Hoje, são os sindicatos que negociam em nome dos trabalhadores.

O Fórum Nacional do Trabalho foi instalado no primeiro semestre do ano passado para que trabalhadores, patrões e governo discutissem a reforma sindical a ser enviada ao Congresso.

Documento do grupo de organização sindical de trabalhadores mostra que o objetivo é "permitir que as centrais possam constituir suas estruturas verticais" e "fortalecer as centrais sindicais como entidades nacionais e órgãos de direção do movimento sindical". As regras da nova estrutura sindical não estão claras, mas o que se espera é que os sindicatos tenham o espaço de negociação preservado. As centrais não vão substituir os sindicatos, mas vão estabelecer parâmetros. E está previsto nos acordos mais gerais que elas indicam quais questões podem ser negociadas em âmbito local. O sindicato perde um pouco do seu poder absoluto de autonomia nas negociações, mas ganha nos acordos mais amplos.

Sustentação financeira - A contribuição negocial, criada pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) para substituir o imposto sindical compulsório, vai render ao movimento sindical cerca de R\$ 2,1 bilhões por ano.

Nova contribuição financeira deve render 2,1 bilhões de reais

O cálculo foi feito com base no volume total de dinheiro pago aos assalariados com carteira assinada no ano passado -cerca de R\$ 300 bilhões, de acordo com dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), elaborados pelo Ministério

do Trabalho, com base nas informações fornecidas pelas próprias empresas, considerando que a contribuição negocial será de 1% sobre o valor da remuneração líquida recebida pelo trabalhador no ano anterior. Como os R\$ 300 bilhões se referem a valores brutos, os técnicos do fórum deram um desconto de 30% sobre esse valor, já que a taxa negocial será descontada do salário líquido, e não bruto, dos trabalhadores.

Só que, além do imposto, os sindicatos reforçam seu caixa com a cobrança de outras contribuições - como a confederativa (custeia confederações nacionais, federações estaduais e sindicatos), taxa assistencial ou negocial (cobrada como resultado das negociações salariais feitas pelos sindicatos) e a mensalidade de sócios.

<http://www.sindicatomercosul.com.br>

**Leia notícias sindicais atualizadas
diariamente**

Promoção:



Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

Edição: CESI

Os valores cobrados devem ser definidos nos estatutos de cada organização e aprovados em assembléia - mas essa não é a regra.

No ano de 2003 estima-se que foi de R\$ 500 milhões o montante arrecadado com o imposto sindical. Segundo o IBGE, há dificuldade em saber a quantia exata que entrava no caixa dos sindicatos, já que na Pesquisa Sindical 2001, os questionários preenchidos pelas entidades não tinham dados suficientes para identificar o tamanho da arrecadação. Quando havia informação, os pesquisadores notaram que os valores estavam subestimados.. Segundo estimativas de alguns especialistas o montante total estaria próximo a R\$ 5 bilhões anuais.

A distribuição da contribuição sindical - ou dos R\$ 2,1 bilhões, se considerados os cálculos acima- está assim dividida: os sindicatos ficam com 70% desse valor; as federações com 10%; as confederações com 5%; as centrais com 10% e o Fundo Solidário com 5%. Esse fundo será integrado por representantes das centrais, e os recursos poderão ser usados para a formação de dirigentes sindicais e convênios.

Na nova estrutura sindical, serão extintos o imposto sindical e as taxas assistencial e confederativa. Haverá um período de três anos para a transição entre o atual e o novo modelo sindical. *(Folha de São Paulo, 01/03/04)*

As novas regras para as centrais sindicais

Definitivas	De transição
As centrais passariam a ser reconhecidas desde que cumprissem três dos quatro requisitos: - os empregados sindicalizados nos sindicatos ligados às centrais têm de corresponder a mais de 22% da soma dos empregados na base da representação dos sindicatos; - a central tem de contar com os sindicatos reconhecidos em pelo menos 18 estados, nas 5 regiões; - nos 18 estados, em ao menos 9, a soma dos sindicalizados nos sindicatos ligados à central deve ser superior a 15% da soma dos empregados em cada estado; - em pelo menos 7 dos setores de atividade econômica, previstos em lei, a soma dos sindicatos nos sindicatos da central deve ser superior a 15% dos empregados em cada um desses setores em âmbito nacional.	Devem vigorar por três anos e podem ser prorrogadas por mais dois anos, desde que cumpridos três dos quatro requisitos. - o requisito é igual ao da regra definitiva, mas o percentual de sindicalizados cai para 20%; - a central deverá contar com sindicatos reconhecidos em pelo menos 18 estados contemplando as 5 regiões, com representação mínima de 7 dos setores de atividade econômica definidos em lei; - o critério é similar à regra definitiva, mas o percentual cai para 5% da soma dos trabalhadores empregados nos estados; - em pelo menos 5 setores de atividade econômica, a soma dos sindicalizados nos sindicatos ligados à central deve ser superior a 5% da soma dos empregados desses setores.

Aprobó el Senado la nueva ley laboral- Casi cuatro años después de su polémica sanción, la ley de reforma laboral promovida por Fernando de la Rúa en los inicios de su gestión fue derogada ayer en el Senado por amplia mayoría.

La iniciativa pasará hoy mismo a la Cámara de Diputados, en donde el justicialismo intentará ofrendarle al presidente Kirchner la sanción definitiva antes de la inauguración del período de sesiones ordinarias.

Lo aprobado - Se reduce a tres meses el período de prueba y restablece la ultraactividad de los convenios colectivos vencidos, pero también beneficia al sector patronal al extender a casi el 96 por ciento de la empresas existentes las exenciones por un año de las cargas patronales de cada nuevo empleado que tomen en forma efectiva hasta el 31 de diciembre.

El proyecto mantiene algunos institutos de la ley 25.013 - la reforma laboral menemista-, como los contratos de aprendizaje y de pasantía, calificados como "basura" por el radical Ernesto Sanz (Mendoza).

También fue motivo de críticas la negativa del Poder Ejecutivo a aceptar modificaciones al texto original. La presión de algunos senadores justicialistas logró imponer ligeros cambios en el dictamen de comisión aprobado ayer. (La Nación, 25/02/04)

Taxa de desemprego cresce mais entre ricos - Sem crescimento econômico, o desemprego se alastrou por todas as classes sociais do país, mas a taxa de desemprego aumentou em ritmo mais acelerado entre os mais ricos e os trabalhadores com maior escolaridade.

O resultado foi apontado em estudo divulgado ontem pela Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo, a partir de dados das Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1992 e 2002. Embora o percentual de desemprego tenha aumentado entre as camadas de renda mais altas, há mais pobres do que ricos desempregados no país em números absolutos. Dos 7,8 milhões que estavam sem emprego em 2002 em dez regiões metropolitanas do país, 4,8 milhões pertenciam às famílias de baixa renda.

Entre 1992 e 2002, a taxa de desemprego média cresceu 38,8% -passou de 6,7% para 9,3% da PEA (população economicamente ativa). Na classe média alta, essa variação foi ainda maior -50%, a taxa passou de 2,6% para 3,9%. No outro extremo, na camada mais pobre, a taxa variou 46,8% -de 9,4% aumentou para 13,8%.

Isso significa que o total de desempregados da classe média alta passou de 232 mil para 435 mil pessoas entre 1992 e 2002. Já o número de desempregados da classe baixa aumentou de 2,7 milhões para 4,8 milhões -ou seja, a cada três desempregados, dois estão nas famílias de baixa renda.

No estudo da secretaria, considera-se como de baixa renda as famílias com rendimento de até R\$ 652 (2,7 salários mínimos mensais). As famílias de classe média são aquelas com renda entre R\$ 652,01 e R\$ 2.600 (11 mínimos). As de classe média alta têm renda acima de R\$ 2.600.

Entre os homens, o desemprego cresceu mais rapidamente na classe média alta -a taxa de desemprego variou 65% entre 1992 e 2002. Já entre as mulheres, a realidade é outra: as que mais sofrem com a falta de vagas são as de baixa renda. A taxa de desemprego entre a população branca de baixa renda variou 49,5% - foi de 9,7% para 49,2% em 2002. Entre a população negra, entretanto, a situação é outra: a maior variação (68%) foi entre os negros de famílias de classe média alta. (Folha de São Paulo, 20/02/04)



Las elecciones en Uruguay- La última encuesta de la empresa 'DOXA Opinión Pública', a 126 días para las elecciones internas y 252 para las nacionales (31 de octubre), realizada entre el 11 y el 15 de febrero (para una muestra de 1.053 personas en todo el país) reafirmó la victoria del Encuentro Progresista-Frente Amplio y el Nuevo Espacio Nueva Mayoría) con una mayoría absoluta de votos (51,2 %) a nivel nacional. Este triunfo, además, se reflejaría tanto en

Montevideo, por un amplio margen, (56 %) como en el Interior (47,1%).

El partido de gobierno, en cambio, sufriría una histórica derrota y su magra performance (11,4 %) lo desplazaría al tercer lugar a nivel nacional, detrás del Partido Nacional, que obtendría 18,5% de los votos. Ambos partidos tradicionales, coaligados, tampoco superarían a la izquierda en su conjunto (29,9 % a 51,2%). Alrededor de un 13% se mostró indefinido.

Según Doxa, la pugna dentro del nacionalismo favorecería al actual senador y ex intendente del departamento de Paysandú por una leve diferencia que bordea el empate técnico, si se tiene en cuenta que el margen de error de la encuesta fue de (+ -) 2,5% (30,8 a favor del líder de Alianza Nacional y 29,2 % para el ex presidente de la República y líder del Herrerismo).

En el caso del Partido Colorado, la compulsa está basada en supuestos, ya que aún no hay precandidaturas definidas. De todas maneras, Sanguinetti obtiene cerca de la mitad de las adhesiones coloradas (49,2%), superando por amplio margen al resto de los eventuales competidores. (*La Republica*:23/02/2004)

Acuerdo Kirchner-Lula frente al FMI - Los presidentes Néstor Kirchner y Luiz Lula da Silva se comprometieron ayer a buscar una estrategia común para negociar con los organismos financieros internacionales .

Kirchner, Bielsa y el ministro de Economía, Roberto Lavagna, presumen que la relación con el FMI puede llegar a complicarse, sobre todo porque la Argentina — busca no ceder en su postura de proponer una quita del 75% a los acreedores privados.

El encargado de dar a conocer la noticia, fue el canciller Rafael Bielsa. Quizás exagerando un poco la nota, calificó de "histórico" al acuerdo para realizar "abordajes comunes y definir cuestiones con el Fondo Monetario, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo".

Según el canciller argentino, a partir de ese día se "formulará un programa completo" para presentarlo después al FMI .

Esta prudencia del canciller se explica por los cortocircuitos que se generaron entre Brasil y la Argentina, una vez que la administración de Kirchner dispuso que sólo podía pagar a los acreedores externos el 3% del superávit del PBI argentino, mientras Lula se había comprometido a destinar al pago de la deuda el 4,5%.

Al finalizar la reunión entre Kirchner y Lula, Amorim declaró que Brasil mantiene una "total solidaridad con Argentina" en la pulseada por la deuda. Igual, no abrió juicio sobre la negociación de nuestro país con los acreedores privados, aunque admitió que ambos países "tienen necesidad de crecer con equidad".

A su turno, Bielsa aclaró que la posición argentina de fijar una quita del 75% a los acreedores privados es "un asunto de política interna". Y, a propósito, recordó un viejo dicho que hizo suyo: "Lo más milagroso de los milagros es que ocurren", comentó.

Del encuentro entre Kirchner y Lula, trascendió que el brasileño admitió los problemas que tiene en su "frente interno" (por el caso reciente de corrupción que salpica a su gobierno). La satisfacción que se vivió ayer en la delegación nacional se debe también a la percepción que tienen Kirchner y Bielsa de que Brasil está abandonando su política de "extrema cautela con el FMI", sobre todo luego del impacto que produjo la caída del PBI brasileño el año pasado. Cerca de Kirchner suponen que Lula podría llegar incluso a admitir en los próximos meses que su arreglo con el Fondo para pagar la deuda con el 4,5% del superávit del PBI brasileño resulta ahora muy oneroso. (*Clarín*, 28/02/04)

Sigue el confronto Mercosur y EEUU en el ALCA - El hecho es que faltan poco más de dos semanas para un segundo intento de allanar el camino al proyectado acuerdo de un Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), en la ciudad mexicana de Puebla.

Aunque el riesgo es atenuado por expresiones oficiales brasileñas de esperanzas en llegar a un acercamiento en este nuevo intento en el mismo escenario donde fracasó a principios de febrero el anterior, la persistencia norteamericana en imponer sus posiciones no deja lugar a muchas posibilidades de acuerdo.

El fantasma de un nuevo fracaso en las negociaciones del ALCA ronda hoy con fuerza en Brasil por la persistencia de posiciones encontradas entre Estados Unidos y el Mercosur.

El canciller Celso Amorim ya anunció que Brasil irá a principios de marzo a la próxima cita dispuesto a no hacer concesiones que hipotequen el futuro del país y de sus planes de desarrollo.

El columnista Clovis Rossi, del diario Folha de Sao Paulo, estimó que la frase de Amorim da a entender que continúa el impasse que condujo al 'receso' y advirtió que un nuevo fracaso en esa ciudad mexicana 'no podrá ser disfrazado más como 'receso' y ciertamente llevará, como mínimo, a cambiar la fecha (enero de 2005) para el fin de las negociaciones'. Sin embargo, anotó que pese a todo el canciller brasileño es optimista, pues considera que el nudo que trabó la cita de Puebla estuvo muy próximo de ser disuelto con concesiones de ambas partes.

Brasil y el Mercosur pedían la eliminación de las tarifas de importación de todos los productos, agrícolas y no agrícolas, para hacer del continente un área libre de tarifas de importación en 15 años.

El denominado G-14, encabezado por Estados Unidos e integrado por países como Canada, México y Chile, hablaba de reducir las tarifas de 'substancialmente todo el comercio'.

Los países sudamericanos temían que la palabra 'substancialmente' escondía la trampa para que en Estados Unidos y Canadá siguieran imponiendo barreras proteccionistas a productos de interés de este bloque, como carnes, acero, jugo de naranja y azúcar, entre unas dos docenas de puntos. En el último día de la negociación se llegó a una fórmula de solución: en lugar de hablar de eliminar todas las tarifas arancelarias, se proponía un 'sustancial aumento' del acceso a los mercados de los 34 socios del ALCA. El Mercosur cedía al aceptar que la eliminación de las tarifas no sería total, y el G-14 también, porque al garantizar un 'sustancial aumento' accedía a no seguir protegiendo todo cuanto protege hoy.

Desde la reunión de Miami, en noviembre, Brasil y el Mercosur habían logrado dejar fuera estos temas, junto con los de los subsidios a los productos agrícolas aplicados por las naciones industrializadas, que eran de su interés, ante la imposibilidad de llegar a acuerdos, lo que dio origen a la llamada ALCA suave o light. En aquella oportunidad se determinó que las negociaciones serían sector por sector y no en forma cruzada, lo cual significa que, por no abrir mucho al rubro de servicios, por ejemplo, Brasil tendría menor acceso en esa área a los demás países parte del acuerdo. Pero en la cita de principios de este mes, Estados Unidos y sus aliados pretendieron dar marcha atrás e imponer que por no ceder a todo lo que se les reclama, los miembros del MERCOSUR pasen a sufrir restricciones en otras áreas diferentes, como pudiera ser el acceso de su productos agrícolas al codiciado mercado norteamericano.

Ross Wilson, negociador estadounidense para el ALCA dejó claro al Mercosur que "Sin apertura en servicios y en otras áreas no hay interés. Será necesaria mayor flexibilidad en la próxima reunión de Puebla", dijo. (FSP, *Argenpress* – 20/02/04)

Argentina y Paraguay acuerdan una ampliación de Yacyretá - Los presidentes de Argentina, Néstor Kirchner, y Paraguay, Nicanor Duarte, abrieron hoy la licitación para construir un dique de protección del arroyo Aguapey, obra vinculada a la terminación de la represa binacional Yacyretá. La licitación se refiere a una primera etapa de la ejecución del proyecto que comprende un canal de 12,5 kilómetros de longitud para la derivación de aguas.

Yacyretá es una monumental central hidroeléctrica construida sobre el río Paraná y está considerada como la segunda de su tipo en el mundo, después del complejo binacional de Itaipú (Paraguay - Brasil), levantado también en uno de los brazos del gigante fluvial sudamericano

El mandatario argentino dijo que el proyecto abierto a licitación es fundamental para Argentina y Paraguay y subrayó que América del Sur necesita recuperar protagonismo en la historia y en la definición de políticas en los marcos regional y de su relación contra otras áreas del mundo.

Por su parte, el presidente paraguayo destacó que los gobiernos de ambos países priorizan sus preocupaciones por lo social y buscan que la acción del Estado tenga un rostro humano al servicio del pueblo.

Para Duarte, Yacyretá 'es una deuda pendiente, que hoy ambos gobiernos asumen la obligación de saldar... Hemos decidido adoptar acciones firmes y patrióticas, tendientes a la culminación de las obras en un marco de transparencia y gestión eficaz', en un plazo estimado entre cuatro y cinco años. (PL, 23/02/04)



Empresas & Setores

Arcelor registra un beneficio neto de 257 millones de Euros en 2003- También se dio a conocer que el Consejo de Administración de Arcelor decidió nombrar al español Gonzalo Urquijo responsable del segmento de Distribución, Transformación y Tráding (DTT) en todo el mundo.

Dicho Consejo propondrá a la próxima Junta Accionista el pago de un dividendo bruto de 0,40 euros, frente a los 0,38 euros del año anterior, que será abonado el próximo 24 de mayo, según trascendió.

Arcelor anunciou la víspera en Luxemburgo que se desprenderá de su mayor productor de acero fino en Estados Unidos J&L Specialty Steel, mediante una operación de venta prevista para mayo próximo.

Arcelor, el mayor consorcio siderúrgico del mundo, informó que registró en 2003 un beneficio neto de 257 millones de euros (unos 326 millones de dólares), frente a las pérdidas de 121 millones de euros anotadas en 2002.

Según un portavoz del grupo europeo, una subsidiaria de Allegheny Technologies Incorporated se hará cargo de las dos plantas de J&L Specialty Steel que emplean a 850 trabajadores en Midland (Pennsylvania) y Louisville (Ohio), sin que trascendiera el monto de la operación pactada.

No obstante, el traspaso debe ser aprobado aún por diversas instancias gubernamentales. De acuerdo con la fuente, la decisión de venta obedeció a los resultados económicos negativos de J&L Specialty Steel y a la fuerte competencia en la producción de acero fino en el mercado estadounidense.

Arcelor, que es el resultado de la fusión entre la española Aceralia, la compañía luxemburguesa Arbed y la francesa Usinor, emplea a unos 100 mil trabajadores en 60 países. (Argenpress, 20/02/04)

Brasil vira plataforma de exportações para a GM - Brasil transformou-se em uma plataforma mundial de exportações para a General Motors. Responsável pelo início das exportações brasileiras da empresa para a Ásia e África na década de 90, o vice-presidente mundial, Mark Hogan, afirmou, na sexta-feira (20/2), que os fornecedores brasileiros da GM apresentam condições e competitividade para vender em todo o mundo. Segundo Hogan, a expectativa para 2004 é ver os parceiros exportando 200 milhões de dólares. Em 2003, esse volume foi de 140 milhões de dólares.

O foco nas exportações reflete a estratégia da General Motors em otimizar a estrutura montada no país.

O crescimento nas vendas externas dos sistemistas (empresas que fornecem peças e componentes para a GM) chega a ser maior que a projeção feita para as exportações dos carros da própria montadora. No ano passado, 30% do faturamento da GM - cerca de 1,2 bilhão de dólares - partiram das exportações de carros como o Celta, fabricado na unidade de Gravataí. Para 2004, esse número deve chegar a 1,3 bilhão de dólares.

O foco nas exportações reflete a estratégia da General Motors em otimizar a estrutura montada no país. Sem previsões otimistas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), para a queda no desemprego e para o aumento do poder de compra do brasileiro, a saída foi mirar no mercado externo.

Apesar de se unir ao discurso das federações e associações industriais e comerciais a respeito da "alta taxa de juros" no Brasil, Hogan não se mostra desesperançoso com o mercado interno. Ele acredita na solidificação da economia e diz que o segredo para o mercado interno crescer está no fortalecimento da classe média. "Por isso os juros têm que ser mais baixos." O vice-presidente da GM, entretanto, evita traçar previsões de quando o mercado brasileiro alcançará o patamar de 2 milhões de carros. Quando dirigiu a GM do Brasil entre 1992 e 1997, Hogan chegou a apostar que o mercado já teria chegado a esse patamar. Mas 2003 fechou com um total de 1,82 milhão de veículos fabricados.

Quanto ao uso da Internet na venda de veículos, o vice-presidente da GM mostrou-se bastante otimista. O portal da GM - no qual o consumidor pode "montar" o seu carro, escolhendo cor, potência, combustível, opcionais - é responsável por 80% das vendas do Celta. O uso da rede mundial permite a construção de um banco de dados sobre o cliente e sobre a demanda que proporciona a redução substancial de estoques e de custos de processo.

Além de uma agenda profissional, Hogan veio ao Brasil para atender a um de seus compromissos anuais e irrevogáveis: tocar tamborim na Portela, no carnaval do Rio. Apesar de ter nascido em Chicago, onde o ritmo do jazz é o mais corrente, o americano não faz feio no sambódromo. Até porque ele já se tornou um veterano: há 10 anos, o executivo veste a fantasia da ala de percussão. (Exame, fevereiro- Global 21- 27/02, 2004)

AmBev negocia fusão bilionária com Interbrew



Um negócio bilionário, há cinco meses levado em segredo pela brasileira Ambev e a belga Interbrew, deve ser anunciado nos próximos dias. A fusão das duas cervejarias criará a maior multinacional de capital privado do Brasil, com receita superior a US\$ 10 bilhões. A mega-cervejaria rivalizará com a americana Anheuser-Busch, até agora a líder isolada do setor no mundo.

Os controladores das duas empresas farão uma troca de ações e, num primeiro momento, AmBev e Interbrew continuarão a existir separadamente.

Numa segunda fase será criada uma nova companhia, que terá o controle compartilhado por ambas, segundo fontes que participam da operação.

A união com a Interbrew cristalizará os planos de Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, ex-sócios da Brahma e controladores da AmBev, de criar uma multinacional da cerveja. Ao se unirem, AmBev e Interbrew saltarão para o 1º ou 2º lugar do ranking mundial de cerveja, dependendo da fonte. Segundo a consultoria internacional Canadean, a nova companhia responderá por 11,6% do volume mundial de produção de cerveja, com base em dados de 2002.

As áreas de atuação das duas companhias são complementares, o que dará uma presença global à cervejaria. Enquanto a AmBev é líder na América do Sul e atua na América Central, a Interbrew tem participações marcantes nos mercados europeu, norte-americano e asiático. (*Valor Econômico*, 01/03/04)



Os piqueteiros enterram o peronismo

A Argentina chega ao pós-peronismo pelas mãos dos piqueteiros, anunciando um país que emerge da crise com uma paisagem social e cultural nova.

As manifestações dos piqueteiros argentinos voltaram a demonstrar que eles vieram para ficar na paisagem social desse país. Surgidos na explosão popular provocada pelo fim violento do Plano Cavallo, de paridade entre o dólar e o peso, e a conseqüente queda brusca do nível de vida da população, tiveram nas demonstrações de dezembro de 2001 seu momento mais alto, quando foram finalmente responsáveis pela queda do governo de Fernando de la Rúa com suas espetaculares manifestações, que paralisaram o país.

O primeiro ano do governo Kirchner representou, para os argentinos, a recuperação da esperança de que o país pode sair da crise a que foi projetado pelo governo Menem. A economia voltou a se recuperar, os altos índices de desemprego baixaram um pouco, o ânimo dos argentinos melhorou.

Porém, os piqueteiros demonstraram que não são um movimento ocasional, uma explosão momentânea, que passa quando o momento mais duro da crise parece haver sido superado. Apesar de todas as dificuldades, conseguiram mobilizar 50 mil manifestantes na quinta-feira, 19 de fevereiro, cortar mais de 50 cruzamentos de ruas e avenidas e fazer tudo sem nenhum tipo de violência ou de enfrentamento com a polícia.

A manifestação, que terminou com um comício em frente à Casa Rosada, no centro de Buenos Aires, foi considerada um sucesso, depois das dificuldades de repetir manifestações de grande porte no primeiro e no segundo aniversário das concentrações de dezembro de 2001. Demonstrou que a capacidade de iniciativa e de mobilização do movimento persiste, na luta, desta vez, contra a suspensão de 250 mil auxílios a desempregados, assim como contra a nova reforma trabalhista que o governo Kirchner encaminhou ao Parlamento, em substituição àquela feita pelo governo de la Rúa, desmascarada como tendo sido aprovada com a compra de parlamentares.

Mas o governo também cantou vitória. Disse que sua tática de evitar a repressão, para que o movimento não se multiplique e catalise a simpatia da população, deu certo, que o movimento contava mobilizar mais gente do que

efetivamente acabou conseguindo. Mas principalmente o governo conta com a ruptura da aliança entre os piqueteiros – compostos basicamente por setores proletarizados, afetados direta e bruscamente pela crise, provenientes da classe operária ou da classe média empobrecida – e a classe média. Esta não cansa de manifestar seu descontentamento com os problemas causados pelos piqueteiros ao trânsito com seus cortes de ruas e avenidas. Mas provavelmente essa atitude reflete também como estes setores foram mais diretamente beneficiados pela melhoria da situação econômica, distanciando-se da situação de abandono em que seguem os piqueteiros e os setores pobres da população em geral.

Mas, de qualquer forma, o movimento de massas argentino mudou de forma irreversível. Os sindicatos peronistas perderam aparentemente de forma definitiva o lugar central que ocuparam no espectro político e social da Argentina durante cerca de 6 décadas, deixando um espaço vazio, que os piqueteiros tratam de ocupar, esperando que outras novas forças possam igualmente fazê-lo. A Argentina chega ao pós-peronismo pelas mãos dos piqueteiros, anunciando um país que emerge da crise com uma paisagem social e cultural nova, à espera das novas forças políticas que possam representar essa sua nova fisionomia. (*Emir Sader- Agencia Carta Maior, 20/02/04*)

Kirchner cuestiona a un sector de los piqueteros

El presidente Néstor Kirchner acusó a los grupos de piqueteros más combativos, de usar la 'extorsión' para conseguir 'lo que no pueden obtener por el voto de la gente'. Más temprano, el líder piquetero, Raúl Castells, advirtió que el miércoles habrá nuevos cortes si el Gobierno 'no se aviene a dialogar'.

De todas maneras, Kirchner ha logrado dividir a los movimientos piqueteros, sumando a favor suyo a los piqueteros dialoguistas de La Matanza, que dirige Luis D'Elía, de origen justicialista, y a núcleos combativos del interior del país, como la Corriente Clasista y Combativa (CCC), ligada al Partido Comunista Revolucionario (PCR). Sorpresivamente, en un acto reciente en Jujuy, saludó a los piqueteros presentes, incluyendo a la CCC.

En los últimos tiempos se han producido algunos hechos extraños, el estallido de una bomba en Plaza de Mayo, mientras se realizaba un acto de los piqueteros combativos y el reciente incidente con taxistas, en la Avenida 9 de Julio, durante el cual un manifestante golpeó, con un palo y por la espalda, a un chofer, mientras se filmaba el incidente.

Nuevas críticas de Kirchner - El presidente Néstor Kirchner redobló sus críticas a los sectores piqueteros duros tras la jornada de protesta de ayer. Dijo que está en contra de 'todo tipo de represión o extorsión' y que estas organizaciones utilizan estos métodos para lograr lo que no pueden 'obtener por el voto', aludiendo, obviamente al Partido Obrero (PO), al Partido Comunista (PC), al Movimiento Socialista de los Trabajadores (MST), entre otros. Por su parte, el líder del MIJD, Raúl Castells, advirtió que el miércoles que viene habrá nuevos cortes si el Gobierno no 'se aviene a dialogar'.

'Esto de que no me votan cuando voy a elecciones y después ejerzo la tarea de la represión, de la obstrucción por otros medios para obtener lo que no puedo obtener por el voto de la gente, son procesos oscurantistas que tampoco tienen que vivir la sociedad argentina', consideró Kirchner.

Consenso y convivencia- El jefe de Estado señaló además que estas actitudes se enfrentan con 'la voluntad de mucha gente que tiene que trabajar, que tiene que vivir y que tiene que salir a buscar trabajo'. En ese sentido, dijo que 'en el 99 por ciento de los argentinos hay una voluntad de aportar para que esta Argentina pueda salir', a la vez que indicó que 'tenemos que aprender a vivir en pluralidad, en consenso, en convivencia'.

En un discurso pronunciado en la Casa de Gobierno, donde se presentó el fideicomiso propuesto para el área de Telecomunicaciones, Kirchner se pronunció en contra de 'todo tipo de represión o extorsión, venga de donde venga', y aseguró que 'entre la represión y la paciencia de la persuasión, siempre estamos por la paciencia de la persuasión y la convivencia'.

El primer mandatario consideró que estos grupos 'no comprenden cuáles son los procedimientos que hay que hacer para tratar de generar la convivencia en democracia'.

'La representatividad de todos los sectores en la sociedad está determinada por la voluntad ciudadana' y que 'para eso está el Congreso, las Cámaras, todas las instituciones democráticas', señaló Kirchner, al remarcar sus críticas contra la representatividad de las organizaciones.

Más temprano, el líder del Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados, Raúl Castells, advirtió que si el Gobierno no se 'aviene a dialogar' con los piqueteros duros los manifestantes irán 'de nuevo a las rutas' el miércoles próximo. Ayer, la masiva protesta del sector se cumplió sin incidentes y se hizo notar por el muy escaso tránsito que hubo en la ciudad.

Acusa Castells- Castells calificó de 'autista' al Ejecutivo por 'minimizar el inmenso éxito' que a su entender tuvo la protesta realizada ayer en todo el país. De hecho, el jefe de Gabinete dijo esta mañana que la protesta piquetera fue mucho menos masiva que las que se registraban anteriormente'.

En diálogo con DYN, Castells expresó su enfrentamiento con el Gobierno. 'Esta gente es muy torpe políticamente, porque la jornada de ayer se la hubieran ahorrado nada más si el titular de la cartera laboral, Carlos Tomada, se hubiera sentado a dialogar un momento mientras estuvimos en el Ministerio de Trabajo' ocupando el hall central para reclamar la restitución de 252.500 planes sociales dados de baja.

El dirigente piquetero agregó: 'Me parece que es una visión autista de la política, no entienden nada. Como vienen de un lugar muy chiquitito del país (se refiere a Santa Cruz) no entienden nada. Acá solamente entre Capital y Gran Buenos Aires viven 17 millones de personas, entonces que se paralice un país y que no les importe me hace acordar a los programas de Marcelo Tinelli, cuando hacían bromas sobre la conducta autista de Fernando De la Rúa', manifestó.

En ese sentido, aseguró que vio 'actuar así a Carlos Menem, a De la Rúa y a Eduardo Duhalde, y mire cómo terminaron'. Y anticipó que en las próximas horas resolverán si realizan otra protesta similar el miércoles próximo.(Argenpress, 20/02/04)

Apoio

CAW, CLC, USWA-CA, CGT/Fr, CFDT, CGIL, CCOO, Solidarity Center/AFLCIO